

➔ **Mudanças na educação e na ciência** Provas de aferição universais e um novo estatuto docente são temas fortes na educação. O superior vive transformações profundas na gestão das instituições. Concluir a reforma dos laboratórios do Estado e promover novas parcerias são prioridades na ciência

## ➔ Provas de aferição permitem retrato global

① Pedro Sousa Tavares

Em 2007, pela primeira vez, as provas de aferição dos 4.º e 6.º anos, no final do ano lectivo, são obrigatórias para todos os alunos. À primeira vista, o facto perde protagonismo para grandes acontecimentos, como a entrada em vigor de um contestadíssimo Estatuto da Carreira Docente ou o encerramento de mais 600 escolas primárias. Mas em causa está um indicador inédito: somando as provas aos exames nacionais do 9.º e do 12.º ano, pela primeira vez será possível obter um retrato completo de cada ciclo.

Os resultados das provas de aferição, até agora baseados em amostragens de alunos, já influenciaram o Ministério da Educação na decisão de apostar no reforço da educação desde o 1.º ciclo. Exemplos disso

são as actividades extracurriculares obrigatórias, como o Inglês e o Apoio ao Estudo, e os planos nacionais de Leitura e para a Matemática. Os novos elementos permitirão esclarecer se é de facto nos primeiros anos que se começa a definir o percurso escolar dos estudantes.

O encerramento de mais 600 escolas primárias, que se juntam às 1600 que fecharam portas em 2006, também é fundamentado pelo Governo no mesmo objectivo do combate aos maus resultados. Mas, depois das falhas detectadas e assumidas no ano passado – escolas de acolhimento com más condições, problemas no transporte e alimentação dos alunos –, espera-se uma condução mais cuidadosa do processo pelo Ministério da Educação e pelas autarquias. Um indicador precioso, que poderia (ou não) justificar esta reforma, seriam os resul-

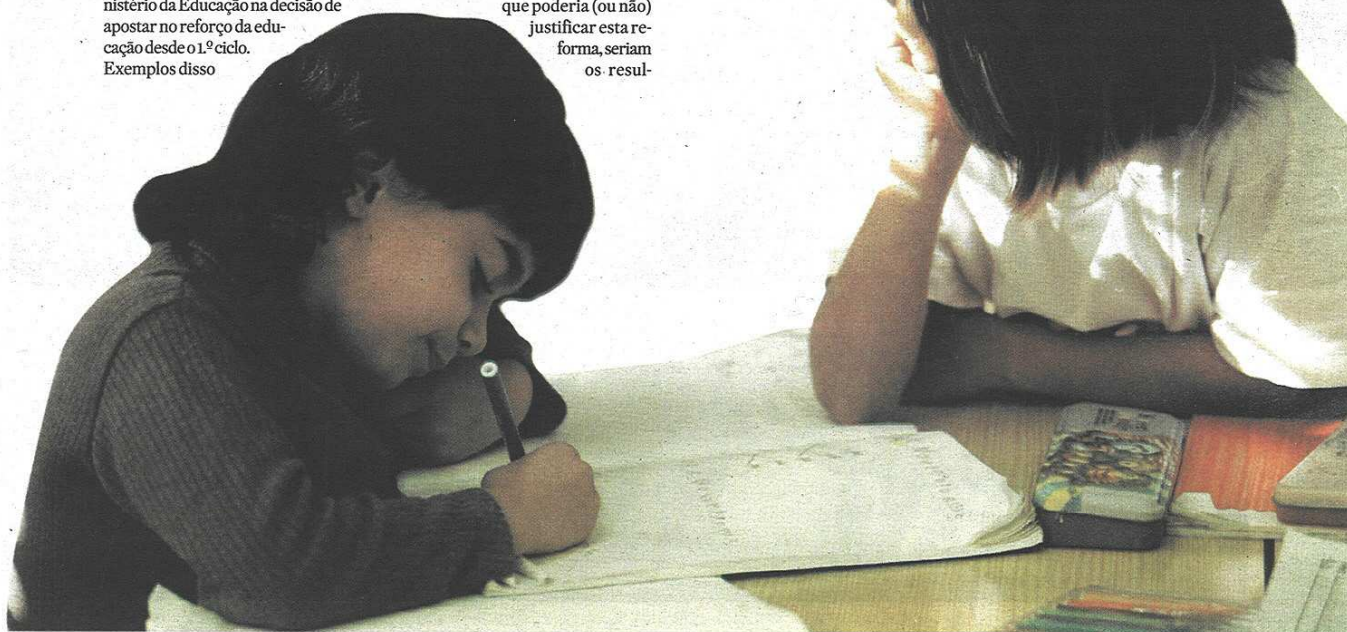
**Pela primeira vez, todos os alunos dos 4.º e 6.º anos serão obrigados a fazer provas de aferição no final do ano lectivo. Estatuto da Carreira entra em vigor e fecho de escolas prossegue**

tados escolares obtidos este ano pelos alunos transferidos do que a ministra baptizou de “escolas do insucesso”.

Insucesso, da perspectiva dos sindicatos, foram sem dúvida as negociações sobre o novo Estatuto da Carreira Docente, que veio dividir a carreira em duas categorias (professor e titular) e instituir um modelo mais

apertado de acesso e progressão. Apesar das movimentações

da plataforma de 14 sindicatos, que incluíram a maior marcha de professores de sempre (perto de 25 mil), o diploma entra em vigor este ano. Os sindicatos não baixaram os braços e esperam ainda pareceres sobre a constitucionalidade do diploma. No tribunal, dois professores viram ser-lhes reconhecido o direito a serem pagos por aulas de substituição dadas em 2006. Se surgirem novos casos, milhares podem vir a receber essas verbas. I



Arquivo DN

## ➔ Grandes mudanças no ensino superior

O ano de 2007 promete grandes mudanças no ensino superior. Será criada a agência de acreditação e avaliação, que terá a responsabilidade de certificar e monitorizar todos os cursos oferecidos pelas universidades e institutos politécnicos, e prepara-se um conjunto de mudanças legislativas destinadas a dotar as instituições de “maior autonomia, acompanhada de maior responsabilidade”.

A reforma da lei de autonomia e gestão do ensino superior será um dos temas do primeiro semestre, com o Governo a comprometer-se a fazer aprovar uma alteração nesse período. Em linhas gerais, a reforma visa alterar a forma como as instituições se vão organizar e relacionar com a comunidade. O

objectivo é promover uma diversidade de modelos, nomeadamente ao nível do financiamento, onde algumas instituições poderão converter-se em fundações, geridas com uma lógica privada, mais prestadoras de serviços ao Estado do que suas dependentes.

Na linha das recomendações recebidas de organizações internacionais como a ENQA e a OCDE, o Governo quer ainda promover uma abertura das instituições – entre si, através da partilha de meios e de responsabilidades, e à sociedade civil, que passará a ter um papel mais relevante nas estratégias.

O novo estatuto das carreiras no ensino superior e a introdução do sistema de empréstimos a baixos juros a estudantes são outras das promessas. **IPST**

## ➔ Apostas altas na ciência e tecnologia

As apostas são altas para a ciência e tecnologia. Depois de dois anos em que aparentemente pouco aconteceu nestas áreas, e depois de um 2006 marcado por protestos dos bolsseiros científicos – que se queixam de ser “mão-de-obra barata” e de não ter lugar no País quando as bolsas terminam –, 2007 tem promessas anunciadas. Uma delas é a conclusão da reforma dos Laboratórios de Estado, que se transformarão em consórcios de várias instituições e em entidades públicas empresariais. A decisão de extinção do INETI, entre outros, no âmbito desta mudança causou, aliás, polémica quando foi anunciada. Na esteira das parcerias com a universidade de Carnegie Mellon ou o MIT, que foi a primeira e gerou também alguma contro-

vérsia, está previsto para este ano o estabelecimento de novos acordos do mesmo tipo com outras instituições internacionais. Mariano Gago pretende ainda que a reforma do ensino superior seja uma oportunidade para reforçar e afirmar mais grupos de investigação nas universidades. Quanto a emprego científico, serão estabelecidos os primeiros 500 contratos de investigadores (de mil, até final da legislatura) financiados pelo Estado, nos próximos cinco anos. Um passo que a Associação dos Bolsseiros de Investigação Científica já considerou “insuficiente face às necessidades do País”. De resto, está prevista para Abril a revisão do Estatuto dos Bolsseiros, que estes consideram insuficiente e precário. Planos, como se vê, não faltam. **IPM**